



## **12 DE DEZEMBRO DE 2018**

### **Quarta-feira**

- PAULO GUEDES REÚNE ARTICULADORES POLÍTICOS E TÉCNICOS EM EQUIPE
- É PRECISO AMPLIAR E MELHORAR A GOVERNANÇA DE FINANCIAMENTO PARA O CLIMA
- CÂMARA APROVA PROJETO QUE REGULAMENTA CRIAÇÃO DE EMPRESAS SIMPLES DE CRÉDITO
- MEI TERÁ ISENÇÃO EM DIVERSAS TAXAS
- TRABUCO: EXPECTATIVA É DE RETOMADA DO CRÉDITO PARA RECOMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA
- ALTA EM IMPOSTOS PODE GERAR R\$ 250 BI E AJUDAR NO CRESCIMENTO, DIZ FAZENDA
- CAMEX INCLUI 4 ITENS EM RESOLUÇÃO QUE REDUZ IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO
- HÁ SETORES QUE PAGAM MUITO POUCO IMPOSTO NO BRASIL, DIZ GUARDIA
- SENADO APROVA AUMENTO DE INDENIZAÇÃO PAGA POR EMPRESAS QUE FIZEREM CARTEL
- RELATOR DA REFORMA TRABALHISTA ASSUMIRÁ REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOB GUEDES
- REFORMA TRIBUTÁRIA COM UNIFICAÇÃO DE IMPOSTOS AVANÇA NA CÂMARA
- FAT PERDE A CAPACIDADE DE FINANCIAR AS AÇÕES PARA CRIAÇÃO DE NOVOS EMPREGOS
- BRASIL FOI O PAÍS QUE MAIS ABRIU SEU MERCADO EM 2018, DIZ OMC
- BANCADA DO PSL SE QUEIXA DE PLANO VAGO PARA A PREVIDÊNCIA
- ESPERA POR CONCESSÃO DE APOSENTADORIA SOBE APÓS BENEFÍCIO AUTOMÁTICO
- COPOM DEVE MANTER TAXA BÁSICA DE JURO EM 6,5%
- COPEL INAUGURA A MAIOR ELETROVIA DO PAÍS, LIGANDO PARANAGUÁ A FOZ DO IGUAÇU

- FMI ALERTA SOBRE RISCOS CRESCENTES PARA ECONOMIA GLOBAL
- DÓLAR FECHA PERTO DA ESTABILIDADE APÓS ATUAÇÃO DO BC
- BC DEVE MANTER TAXA SELIC EM 6,5% NA ÚLTIMA REUNIÃO ANTES DE BOLSONARO
- GOVERNO TEMER VETA ALÍQUOTAS MAIORES DO REINTEGRA EM SANÇÃO DE ROTA 2030
- ROTA 2030 É SANCIONADO COM EXTENSÃO DE BENEFÍCIOS AO NORDESTE, MAS COM VETOS
- CHINA ACEITA ACORDO PARA REDUZIR TARIFAS SOBRE AUTOMÓVEIS DOS EUA
- VALE ANUNCIA COMPRA DE EMPRESA DE TECNOLOGIA POR US\$ 500 MILHÕES
- PRODUÇÃO DE MOTOS VOLTA A SUPERAR 1 MILHÃO
- ANFIR ESTIMA US\$ 4 MILHÕES EM EXPORTAÇÕES APÓS NOVA RODADA DE NEGÓCIOS

CÂMBIO EM 12/12/2018		
	Compra	Venda
<b>Dólar</b>	3,843	3,844
<b>Euro</b>	4,367	4,369

Fonte: BACEN

### Paulo Guedes reúne articuladores políticos e técnicos em equipe

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-12-2018)

#### **Relator da reforma trabalhista irá comandar Previdência e promete mudanças no 1º semestre**

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou nesta terça-feira (11) que o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) será o secretário especial da Previdência em sua gestão.

Dessa maneira, ele fecha o esqueleto central de seu superministério, que reunirá atribuições hoje dispersas em quatro pastas: Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio Exterior, além de duas secretarias do Ministério do Trabalho.

Pelo que já foi confirmado até o momento, Guedes terá seis secretários-gerais abaixo dele, além de um secretário-executivo (um número 2).

Ainda não está claro se a Secretaria Especial da Previdência ficará subordinada a um dos seis secretários-gerais ou se responderá diretamente a Guedes.

O time formado pelo ministro tem, em comum, o conhecimento de como funciona por dentro a máquina pública ou, no caso de Marinho, do Congresso Nacional.

O trânsito político é fator indispensável para o provável embaixador da proposta de reforma da Previdência na gestão Jair Bolsonaro (PSL).

Em nota, Marinho afirmou que irá se aprofundar no trabalho feito por técnicos "há algum tempo".

"Chegamos para trabalhar em equipe e aprovar uma reforma ainda no primeiro semestre de 2019, capaz de contribuir para o equilíbrio fiscal do país", afirmou.

Guedes selecionou nomes que já atuam no governo Michel Temer. Seu número dois, Marcelo Guarany, é um dos principais assessores da Casa Civil, responsável pelo acompanhamento e análise de políticas públicas.

Waldery Rodrigues Júnior, secretário-geral da Fazenda, é hoje coordenador da Secretaria de Política Econômica e antes era consultor do Senado.

Nesta terça, ele participou de reunião de transição com o atual titular do cargo, o ministro Eduardo Guardia (Fazenda). Ao chegar ao gabinete de transição, montado no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), ele afirmou que está recebendo as sugestões propostas pela atual equipe econômica de Michel Temer.

A Fazenda organizou um material com o balanço de sua gestão e medidas que devem ser observadas no curto, médio e longo prazos. "Serão considerados para análise", disse Waldery.

Ele confirmou também que Mansueto Almeida, atual secretário do Tesouro Nacional, permanecerá no cargo.

Um dos principais nomes da atual equipe, Mansueto foi um dos formuladores da regra que limita o aumento dos gastos do governo à inflação do ano anterior. O mecanismo foi desenvolvido como uma forma de ajustar, gradativamente e ao longo de dez anos, as contas públicas, no vermelho desde 2014.

Para ser efetivo, porém, o teto depende da aprovação da reforma da Previdência, que tem como objetivo reduzir o ritmo de crescimento dos gastos com aposentadorias e pensões. Waldery terá como adjunto o atual ministro do Planejamento, Esteves Colnago. Antes de assumir a pasta, neste ano, ele era secretário-executivo e também já havia auxiliado o ministro da Fazenda.

A Secretaria de Orçamento Federal, que hoje faz parte do Planejamento, será deslocada para a Secretaria da Fazenda, aproximando a elaboração do Orçamento de sua execução, operada pelo Tesouro. Na secretaria-geral de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (novo nome para o Planejamento),

Guedes escalou Paulo Uebel, ex-secretário de gestão de João Doria na prefeitura de São Paulo. Na função, ele reorganizou a estrutura de funcionamento de secretarias e carreiras de servidores, o que deverá repetir no âmbito federal.

Na Secretaria de Produtividade e Competitividade, Guedes recrutou um ex-diretor do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social). O economista Carlos da Costa articula a relação entre empresários e a equipe de Bolsonaro desde antes da eleição e se aproximou de lideranças da indústria.

A abertura comercial ganhou uma secretaria-geral própria, indicando a relevância que o tema terá na gestão Paulo Guedes. A secretaria-geral ganhou o nome de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais e será chefiada pelo ex-diplomata Marcos Troyjo,

colunista da Folha e que até recentemente dirigia um laboratório dedicado ao estudo dos BRICs em Columbia, nos Estados Unidos.

Salim Mattar foi escalado para a secretaria-geral de Desestatização e Desimobilização do governo Bolsonaro.

Empresário experiente, dono da Localiza, vai administrar a gestão de estatais que são dependentes do Tesouro Nacional e elencar possíveis privatizações.

No comando da Secretaria-Geral de Receita e Previdência, Guedes indicou o economista e especialista em tributação Marcos Cintra.

Formulador da proposta de imposto único sobre transações financeiras, inicialmente ele comandaria também a Previdência, e deverá comandar a reforma tributária que será tocada pelo futuro governo.

O desenho original foi alterado, segundo pessoas da equipe de Guedes, porque o futuro ministro queria dar destaque à reforma da Previdência, depois que Bolsonaro, o filho Eduardo e o futuro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, colocaram em dúvida o avanço da reforma.

### **É preciso ampliar e melhorar a governança de financiamento para o clima**

12/12/2018 – Fonte: CNI (publicado em 11-12-2018)

A afirmação é do gerente-executivo de Meio Ambiente da CNI, Davi Bomtempo. Ele e outros representantes do setor industrial participaram de encontro com representantes do governo e parlamentares na COP-24, realizada em Katowice, na Polônia



Davi Bomtempo, da CNI: novos modelos de financiamento para o clima vão potencializar geração de novos negócios

É preciso ampliar e melhorar os modelos de financiamento para projetos de redução de emissões de gases de efeito estufa e de adaptação à mudança do clima. A afirmação foi feita por Davi Bomtempo, gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a representantes do setor industrial e do governo e parlamentares brasileiros durante a 24ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP-24), em Katowice, na Polônia.

Ele participou de evento nesta segunda-feira (10) que tratou da implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13, que trata de metas para combater a mudança do clima. A reunião foi realizada em parceria com Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Rede Brasil do Pacto Global e Frente Parlamentar da Química.

No encontro, Bomtempo também defendeu uma melhor gestão da oferta e demanda de recursos públicos e a inclusão da agenda climática no Plano Plurianual (PPA). "Novos modelos de financiamento e a definição de um modelo de governança ajudarão a tornar o acesso ao crédito mais fácil", destacou. "Isso potencializará a geração de novos negócios e a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono."



Presidente do Conselho de Meio Ambiente da CNI, Marcelo Thomé, é fundamental criar ambiente favorável para empresas aproveitarem oportunidades da economia de baixo carbono

A opinião é compartilhada por Marcelo Thomé, presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI. Segundo ele, é preciso criar um ambiente de negócios favorável para empresas brasileiras aproveitarem oportunidades da agenda de baixo carbono. "Para isso, é preciso considerar os esforços já realizados pela indústria na redução de emissões e transformá-los em diferencial competitivo", assinalou.

No evento, a Abiquim anunciou que vai lançar em 2019 um estudo com posicionamento sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) do setor químico.

### **Câmara aprova projeto que regulamenta criação de empresas simples de crédito**

12/12/2018 – Fonte: Contábeis.com

A nova modalidade de empresa vai facilitar o acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas. O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (11) o Projeto de Lei Complementar (PLP) 420/14, que cria a figura da Empresa Simples de Crédito (ESC) para atuar na realização de operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito (factoring) exclusivamente para microempreendedores individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte.

A matéria será enviada ao Senado. O projeto foi aprovado na forma de uma emenda do relator, deputado Otavio Leite (PSDB-RJ). De acordo com o texto, a empresa atuará exclusivamente com recursos próprios e no âmbito do município em que tem sua sede e nas cidades limítrofes, sendo constituída apenas por pessoas físicas, que não poderão participar de mais de uma ESC.

Sua atuação não poderá se confundir com a de um banco comum, pois o valor total das operações não poderá ser superior ao capital integralizado pelos sócios.

Esse tipo de empresa, pensada para facilitar o acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas do Simples Nacional (Supersimples – Lei Complementar 123/06), não poderá captar recursos como os bancos, seja em seu próprio nome ou de terceiros, e não poderá emprestar dinheiro a qualquer entidade pública de qualquer dos poderes. O limite de receita bruta anual que a ESC poderá obter, na forma de juros, será o mesmo para as empresas de pequeno porte (atualmente em R\$ 4,8 milhões).

O projeto também simplifica o registro das startups, empresas de inovação, principalmente na área de tecnologia. Para o relator, "o Brasil não pode perder mais um segundo em relação à formalização e ao apoio às startups".

### **Condições**

Nas suas operações, a ESC terá como única fonte de remuneração os juros, proibida

a cobrança de quaisquer outros encargos, mesmo sob a forma de tarifas. A operação deverá ser formal, e a movimentação dos recursos exclusivamente por meio de transferências entre contas bancárias.

Como garantia, a microempresa poderá oferecer bem ou ceder títulos de crédito (alienação ou cessão fiduciária). Toda operação deverá ser registrada em entidade registradora autorizada a funcionar pelo Banco Central (BC) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O projeto garante ao BC o acesso às informações desse registro para fins estatísticos e de controle macro prudencial do risco de crédito, destinado a evitar excesso de empréstimos. Segundo o texto, esse acesso não constitui violação de sigilo.

Essas empresas estarão sujeitas aos regimes de recuperação judicial, extrajudicial e falimentar regulados pela Lei 11.101/05, além de ter de manter escrituração com observância das leis comerciais e fiscais. Elas não poderão pagar tributos por meio do Simples Nacional.

Entretanto, certas regras desse regime tributário são estendidas a elas, como associativismo, estímulo à inovação e à capitalização, fiscalização orientadora, simplificação das relações de trabalho, alvará provisório e acesso à Justiça diferenciado.

Quanto ao imposto devido, as empresas pagarão 38,4% de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a mesma alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

### **Crime**

Constituirá crime, com pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa, a transgressão de várias dessas regras, como transacionar apenas com micro e pequenas empresas, obedecer ao teto de empréstimos, não transacionar com o poder público e cobrar algo além dos juros.

### **Startups**

Para simplificar a atuação legal de startups e empresas de inovação, o projeto cria o regime especial Inova Simples. Por meio dele, essas empresas terão um tratamento diferenciado que estimula sua criação, formalização, desenvolvimento e consolidação como agentes indutores de avanços tecnológicos e da geração de emprego e renda.

As startups são definidas como empresas de caráter inovador destinadas a aperfeiçoar sistemas, métodos, modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos já existentes (natureza incremental) ou para criar algo totalmente novo (natureza disruptiva).

Esse tratamento diferenciado consiste em um rito sumário para abertura da startup, por meio do site Portal do Empreendedor. Nessa página, os responsáveis pela empresa deverão preencher dados de identificação, o objetivo da empresa, sua localização e declaração de que não produzirá barulho ou poluição para efeito de caracterização de baixo grau de risco.

A sede poderá ser inclusive em parques tecnológicos, instituições de ensino, empresas juniores, incubadoras ou aceleradoras e espaços compartilhados de trabalho na forma de coworking.

Os empreendedores poderão, opcionalmente, informar sobre a existência de apoio ou validação de instituto técnico científico ou acadêmico, institucional ou privado e outros agentes de pesquisa.

### **Funcionamento**

Após a criação da empresa nessa página, ela deverá abrir conta bancária de pessoa

jurídica para poder receber recursos de seus titulares, de investidor-anjo e/ou investidor domiciliado no exterior, de linha de crédito público ou privado e de outras fontes previstas em lei.

Nesse mesmo portal do empreendedor, haverá espaço destinado a preencher dados para a comunicação imediata ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) do conteúdo inventivo resultante da iniciativa, se ocorrer, com o objetivo de agilizar registro de marcas e patentes. De qualquer maneira, os interessados poderão dar entrada ao pedido diretamente nesse órgão.

De acordo com o texto, os recursos capitalizados não serão considerados renda e serão destinados exclusivamente ao custeio do projeto. Já a comercialização experimental do serviço ou produto será permitida até se atingir o valor do teto de receita bruta anual para o microempreendedor individual (MEI) , atualmente de R\$ 81 mil.

Se ultrapassar esse limite, a empresa do Inova Simples deverá providenciar seu registro em junta comercial e seguir as exigências e regras estaduais e municipais.

Caso a empreitada não resultar em êxito, a baixa do CNPJ será automática apenas com declaração no portal. Eventuais dívidas ou passivos assumidos em nome da startup passarão a seus titulares.

ÍNTEGRA DA PROPOSTA:

[PLP-420/2014](#)

### **MEI terá isenção em diversas taxas**

12/12/2018 – Fonte: Contábeis.com

Microempreendedor não precisará mais pagar por licenças e alvarás. O benefício foi incluído na Lei Geral do MEI

Os **Microempreendedores Individuais (MEI)** vão passar a contar com **isenção em diversas taxas**. A partir de agora, os pequenos empresários não vão mais pagar as tarifas cobradas pela abertura do negócio, inscrição, registro, alvará de funcionamento, licença, cadastro, alterações e procedimentos de baixa e encerramento, licença de funcionamento do Corpo de Bombeiros, entre outros. Mas a resolução não se aplica ao pagamento da contribuição mensal referente ao **INSS** e impostos tais como **ICMS** e **ISS**.

O benefício foi concedido através da inclusão do parágrafo 3º, artigo 4º da Lei 123/2006, que institui o **Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**, conhecida como a Lei Geral do **MEI**. A norma já atua como um estímulo e ajuda na valorização às **micros e pequenas empresas de todo o País**. Com a inclusão do novo tópico, o poder público não vai mais fazer a cobrança dessas taxas aos pequenos empreendedores. **A medida vale para órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou municípios.**

Segundo a secretária executiva da **Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação de Pernambuco (Sempetq), Fernanda Dubeux**, o benefício concedido aos microempreendedores individuais era uma demanda antiga. “A lei já diz que o **MEI** deve ser isento dessas taxas, mas algumas instituições encontravam brechas para continuar fazendo as cobranças. Mas agora não poderão mais exigir o pagamento das taxas. Os órgãos de licenciamento cobravam por serviços que o **MEI** deve receber de forma gratuita. Esse direito está sendo reconhecido”, disse ela.

A reivindicação surgiu a partir de uma demanda nacional feita por diversas entidades do setor, incluindo o **Fórum Estadual da Micro e Pequena Empresa de**

## **Pernambuco (Fempe), ao Comitê para a Gestão Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM).**

Com a mudança, os empreendedores terão taxas zeradas para alvarás, licenças e cadastros, mas alguns serviços ainda serão pagos. É o caso das vistorias técnicas e análise dos projetos, que continuarão sendo bancadas pelos empreendedores. "O empreendedor terá a licença de graça. Mas no caso das atividades de alto impacto, onde é necessário fazer uma vistoria no local, esse custo será coberto pelo **MEI**, para que a cobrança seja justa", contou **Fernanda Dubeux**.

### **Trabuco: expectativa é de retomada do crédito para recomposição da indústria**

12/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-12-2018)

O presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, afirmou que a aposta para o ano que vem é que a retomada do crédito deve ajudar a recompor a indústria nacional e combater a atual ociosidade do setor.

"Nossa expectativa é de retomada do crédito como a alavanca para a recomposição de uma capacidade ociosa que a indústria tem ainda", disse. Trabuco foi um dos homenageados com o "Prêmio Destaque IBEF SP 2018", organizado pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF), nesta terça-feira, 11, em São Paulo.

Questionado sobre de onde viria essa retomada, Trabuco afirmou que a expectativa é de apoio por parte das pessoas jurídicas. "Eu acho que a primeira etapa da retomada do crédito se faz de uma maneira mais forte na pessoa jurídica. A partir daí nós temos uma recomposição do crédito a pessoa física". A fala segue na direção da remodelação anunciada recentemente na área de corporate do banco, conforme informou a Coluna do Broadcast, as mudanças incluem nova segmentação do atendimento a empresas, além da promoção de executivos.

O executivo ainda projetou cenário favorável para o crédito imobiliário. "Nós temos uma linha de crédito que é muito baixa no Brasil, que é o crédito imobiliário. Esse tem crescido e ele vai continuar a crescer nos próximos anos", disse.

#### **Livre iniciativa**

Trabuco disse que tem mais do que otimismo com a economia no ano que vem, mas uma esperança de crescimento para o País e que isso favoreça a livre iniciativa.

"A gente esta conjugando neste momento mais do que otimismo. A gente tem uma esperança de um modelo econômico que privilegie a livre iniciativa. Que nós possamos retomar taxas de investimentos que são fundamentais para o crescimento", disse, acrescentando que não existe combate ao desemprego se não for através do crescimento econômico.

### **Alta em impostos pode gerar R\$ 250 bi e ajudar no crescimento, diz Fazenda**

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-12-2018)

#### ***Estudo enviado pela Fazenda à nova equipe prevê crescimento nas taxas até 2022***

O próximo governo pode elevar sua arrecadação em mais de R\$ 250 bilhões até 2022 se elevar tributos para determinados setores e aumentar a contribuição previdenciária dos servidores públicos federais, em ações que facilitariam o ajuste fiscal brasileiro.

Aliado à reforma da Previdência e à melhoria do ambiente de negócios no país, o aumento de receitas poderia levar o Brasil a um patamar de crescimento da economia de 3,5% no último ano do governo Bolsonaro.



Esse é o cenário desenhado em um estudo de 97 páginas enviado pelo Ministério da Fazenda à equipe de transição do próximo ministro da Economia, Paulo Guedes.

O documento, intitulado "Panorama Fiscal Brasileiro", foi divulgado nesta terça-feira (11), e defende que o esforço do lado da arrecadação pode ter papel importante para permitir uma melhoria mais rápida no resultado primário e no próprio crescimento da economia.

De acordo com o levantamento, esse incremento na receita poderia vir principalmente de uma eventual redução, todos os anos, de 10% no valor total que hoje é dado de desconto no pagamento de tributos.

Na avaliação da equipe econômica, muitos desses subsídios dados na forma de impostos beneficiam poucas empresas, e não se traduzem em resultado para a sociedade.

Outras medidas defendidas pela atual equipe econômica são:

- Aumento de Imposto de Renda sobre aplicações financeiras;
- Extinção do Reiq (Regime Especial da Indústria Química), regime da indústria química que beneficia poucas empresas;
- Redução dos créditos tributários de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) gerados pela indústria de refrigerantes;
- Aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos federais de 11% para 14%;
- Tributação de investimentos em letras de crédito (Letra de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito do Agronegócio)
- Redução de créditos presumidos de PIS/ Cofins.

A maioria das ações propostas depende de aprovação legislativa, ou seja, se encampadas pela próxima equipe, dependerão do capital político do governo Bolsonaro no Congresso.

São medidas de difícil aprovação: a atual equipe econômica tentou aprovar a maioria delas na Câmara e no Senado, sem sucesso.

## **NECESSIDADE DE REFORMAS**

Independentemente do que ocorrer do lado das receitas, o documento defende que a prioridade do próximo governo deve ser o controle das despesas e a necessidade de reformas, com destaque para a da Previdência, que o atual governo tampouco conseguiu aprovar.

Além da reforma das aposentadorias, o Ministério da Fazenda defende a postergação do aumento salarial de servidores públicos federais, também em tramitação no Congresso.

O documento afirma que, sem a mudança na Previdência, o atual deficit subirá de um patamar de 2% do PIB (Produto Interno Bruto), registrado em 2017, para um rombo equivalente a 3,5% do PIB no último ano do governo Bolsonaro.

Mesmo com a realização da reforma da Previdência, o deficit primário zeraria somente em 2022, segundo as projeções realizadas no estudo.

Em um cenário em que, além das reformas fiscais, o governo conseguir realizar também mudanças microeconômicas, com melhoria de ambiente de negócios, o Brasil alcançaria um superavit primário equivalente a 0,8% do PIB em quatro anos.

## **CRESCIMENTO**

Das reformas dependerá também o próprio crescimento do país, segundo o estudo. Sem as mudanças fiscais, a economia do Brasil terá alta de somente 0,7% em 2019, além de uma queda do PIB de 0,5% em 2020, deverá crescer em um patamar de 0,4% no último ano do governo Bolsonaro.

Em um cenário de implementação de reformas fiscais e microeconômicas, essa alta já estaria em 3,5% em 2022.

### **Camex inclui 4 itens em resolução que reduz imposto de importação**

12/12/2018 – Fonte: Em.com (publicado em 10-12-2018)

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) incluiu quatro itens na resolução nº 64/2018, que "consolida as resoluções que reduzem temporariamente a alíquota do Imposto de Importação por razões de desabastecimento ao amparo da Resolução nº 8, de 20 de julho de 2008, do Grupo Mercado Comum do Mercosul". Com essa inclusão, os itens passam a ter alíquota de 2% por um prazo determinado de 12 meses.

A [Resolução 91](#), publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 10, inclui os seguintes itens da Nomenclatura Comum do Mercosul: código 3707.90.21, à base e negro de fumo ou de um corante e resinas termoplásticas, para a reprodução - passa a ter alíquota reduzida, limitada a comercialização de 1.700 toneladas, pelo prazo de 12 meses, a partir de 7 de dezembro de 2018; 3906.90.49, copolímeros acrílicos em forma de microesferas termoplásticas encapsulando gás inerte, limitada a 800 toneladas, por 12 meses, também a partir de 7 de dezembro; 5402.47.10, Filamento elástico bicomponente de poliésteres, não texturizado, limitado a 2.200 toneladas, por 12 meses, a partir de 2 de janeiro de 2019; e por último o código 7607.11.90, folhas e tiras, folheadas ou chapeadas em uma ou em ambas as faces, obtidas por laminação de folhas de diferentes ligas de alumínio, limitada a 2.137 toneladas, por 12 meses, a partir de 1º de fevereiro de 2019.

### **Bens de informática e de capital**

A Camex também zerou as alíquotas do imposto de importação incidentes sobre vários bens de informática e telecomunicação e bens de capital, na condição de ex-tarifários. A decisão também foi publicada no DOU desta segunda-feira. As alíquotas ficam alteradas para zero por cento até 30 de junho de 2020.

### **Há setores que pagam muito pouco imposto no Brasil, diz Guardia**

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-12-2018)

### ***Ministério da Fazenda enviou à próxima equipe econômica estudo com sugestões de alta de tributos***

Certos setores da economia pagam pouco imposto, e deveriam ter seus tributos elevados para permitir a redução, por exemplo, do Imposto de Renda para empresas, que é alto no Brasil em relação a outros países.

A afirmação foi feita pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, durante entrevista nesta terça-feira (11) à rádio CBN, ao comentar um estudo enviado pela pasta com sugestões à próxima equipe econômica.

Esse documento será divulgado na íntegra nesta tarde. "Há alguns setores que estão pagando muito pouco imposto hoje, e deveriam voltar a pagar. Tem que fazer uma avaliação de custo benefício para haver uma distribuição mais igualitária", disse.



Eduardo Guardia, ministro da Fazenda - Zanone Fraissat/Folhapress

Na entrevista, como exemplo, o ministro citou a necessidade do fim da isenção do IR sobre aplicações em letras de crédito.

"Temos benefícios tributários que não concordamos, como a isenção de IR sobre LCI e LCA [Letra de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito do Agronegócio]. É uma aplicação financeira e apenas determinados segmentos da população têm acesso. Não significa aumentar imposto de quem está nos ouvindo", defendeu Guardia. "É simplesmente um tratamento tributário uniforme".

Guardia ainda criticou o alto volume de subsídios tributários do Brasil, que muitas vezes acabam beneficiando poucos setores.

"Precisamos simplificar a carga tributária, mas para fazer esse trabalho não podemos desconsiderar que há setores que pagam menos impostos. Então, uma distribuição mais igual da carga deveria ser um objetivo de política pública de futuro para o Brasil, com maior competitividade para a economia brasileira."

A atual equipe econômica defende uma reforma tributária que reduza o Imposto de Renda para empresas no Brasil, já que países da Europa e os Estados Unidos reduziram a sua tributação para pessoa jurídica.

Isso torna o país menos competitivo e atrativo para investimentos estrangeiros. "A tributação de pessoa jurídica no Brasil é maior do que no resto do mundo", lembrou Guardia.

Independentemente da questão tributária, o ministro reafirmou que o principal foco do ajuste fiscal deve ser o controle de gastos, e que a carga tributária como um todo deve ser melhor distribuída, e não maior.

"Sempre defendemos que o ajuste fiscal que o Brasil precisa fazer é através de corte de despesas, já que a carga tributária brasileira é alta quando comparada com outros países", disse.

### **Senado aprova aumento de indenização paga por empresas que fizerem cartel**

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-12-2018)

#### ***Proposta, que segue para a Câmara, dobra valor pago por companhias que praticarem infração***

O Senado aprovou nesta terça-feira (11) projeto que dobra o valor da indenização paga por empresas que praticarem cartel aos prejudicados que recorrerem à Justiça. Há exceção para quem celebrar acordo de leniência ou firmar termo de cessação de prática com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Com um desses acordos, o infrator não paga dobrado e fica isento de pagamentos por responsabilidade solidária. Mas, para isso, é preciso apresentar documentos que permitam que se estime o dano decorrente da infração.



Plenário do Senado - Marcos Oliveira/Agência Senado

A proposta do senador Aécio Neves (PSDB-MG) foi aprovada pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) em caráter terminativo, ou seja, não precisa passar pelo plenário do Senado e segue direto para a Câmara.

"Essa proposição fortalece os instrumentos à disposição do sistema de defesa da concorrência no país ao inibir e dissuadir a prática de cartéis tão prejudicial aos pequenos e médios produtores que compram insumos mais caros dos oligopólios, e aos consumidores, que, em última instância, são onerados com preços mais elevados dos produtos finais", afirmou o senador Armando Monteiro, relator da proposta na CAE.

Na proposta aprovada, caiu o dispositivo que estabelecia o tempo de duração do cartel como elemento principal para o estabelecimento das multas com base na proporcionalidade da duração da infração. Isso foi feito porque a dificuldade em se determinar a data de início do cartel poderia inviabilizar a cobrança.

O texto que segue para a Câmara amplia de três para cinco anos o prazo para prescrição da infração passível de reparos.

### **Relator da reforma trabalhista assumirá reforma da Previdência sob Guedes**

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-12-2018)

#### ***Com a decisão, Guedes separa a Receita da Previdência***

O futuro ministro Paulo Guedes confirmou nesta terça (11) que o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) fará parte de seu time e assumirá uma secretaria dedicada à reforma da Previdência. Dessa forma, Guedes separa a Receita da Previdência. A primeira ficará a cargo do economista e ex-deputado Marcos Cintra.

Marinho foi relator da reforma trabalhista e não foi reeleito. Ele é economista e foi secretário de Planejamento da Prefeitura de Natal e secretário estadual de desenvolvimento econômico. Como secretário adjunto da Previdência foi anunciado o nome de Leonardo Rolim, consultor da Câmara dos Deputados e especialista no tema. Com a nomeação, Guedes fecha o desenho do novo ministério da Economia. Agora, a equipe se dedica a fechar os escalões técnicos.

### **Reforma tributária com unificação de impostos avança na Câmara**

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-12-2018)

#### ***Projeto, que ainda segue para votação em plenária da Casa, substitui dez tributos por dois***

Comissão especial da Câmara aprovou nesta terça-feira (11) uma proposta de reforma tributária que unifica tarifas. O projeto extingue dez tributos, que serão substituídos por dois novos impostos. O texto segue para votação no plenário da Câmara, antes de ir para análise do Senado. Novas movimentações na proposta, que altera a Constituição, ficam para o ano que vem, a depender do governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL).

Pela proposta, serão extintos IPI, IOF, CSLL, Pis, Pasep, Cofins, Salário Educação e Cide Combustíveis, além de ICMS estadual e ISS municipal.

No lugar, o projeto cria o IBS (Imposto sobre Operações com Bens e Serviços), com tributação sobre valor agregado, de competência estadual, e o IS (Imposto Seletivo), sobre operações com bens e serviços específicos, federal.



Sessão na Câmara dos Deputados no final de novembro - Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Entre outros tributos, ficam preservadas as contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento, Imposto de Renda, IPTU e impostos de importação e exportação. O IPVA é preservado na esfera estadual, mas passa a ter receitas totalmente direcionadas aos municípios.

Para a partilha da arrecadação entre os entes da federação, o relator da proposta, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), afirmou que o objetivo foi garantir a participação mais semelhante possível com a dos tributos atuais.

Para a implementação do novo modelo, ficou definido um prazo de transição de 15 anos, dividido em três etapas. Segundo o relator, a ideia é que a reforma não gere alterações abruptas na carga tributária.

Ele disse ainda que conversou com Bolsonaro antes da votação do relatório na comissão. A equipe do presidente eleito, porém, ainda não entrou em consenso sobre o modelo de reforma tributária a ser defendido pelo novo governo.

O texto final da comissão sofreu alguns ajustes e não estava pronto até o início da noite desta terça. Hauly informou, porém, que apenas alterações pontuais foram feitas no relatório.

### **FAT perde a capacidade de financiar as ações para criação de novos empregos**

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Parte dos recursos do fundo financia benefícios como o seguro-desemprego***

O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) perdeu arrecadação com a alta da Desvinculação de Receitas da União e não dá mais suporte a programas para criar empregos, aponta o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Parte dos recursos do FAT financia benefícios aos trabalhadores, como o seguro-desemprego e o abono salarial, previstos na Constituição.

A perda de receita afetou outros propósitos do fundo, que, ainda que não estejam estipulados na Carta, visam a fortalecer o emprego, segundo Sandro Pereira Silva, economista do Ipea.

“As políticas ativas de mercado de trabalho, como qualificação profissional, intermediação de vagas e ativação perderam espaço e praticamente deixaram de existir.”

O recolhimento do PIS/Pasep é a principal fonte de arrecadação do FAT. Parte dessa soma se perdeu com o aumento das desonerações tributárias, que se intensificaram a partir de 2008.

A Desvinculação das Receitas da União é uma permissão que o governo federal tem para retirar uma fatia de tributos que vão para um propósito específico e usá-la livremente.

Até 2016, era permitida a separação de 20% da arrecadação, mas uma emenda constitucional elevou essa porcentagem para 30%. Em dois anos, o valor que deixou de ir para o FAT subiu de R\$ 12 bilhões para cerca de R\$ 18 bilhões.

Como outra finalidade do fundo é financiar o BNDES, a redução atinge o investimento em infraestrutura, diz Silva.

### **Brasil foi o país que mais abriu seu mercado em 2018, diz OMC**

12/12/2018 – Fonte: EM.com

O Brasil foi o país que mais medidas adotou para abrir seu mercado a produtos estrangeiros, entre outubro de 2017 e outubro de 2018. Os dados foram publicados nesta terça-feira, 11, pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que destaca uma proliferação do protecionismo pelo mundo e alerta os países para que tomem iniciativas para "desescalar" a tensão.

No total, o governo de Michel Temer adotou 16 medidas para facilitar o comércio, incluindo reduções de tarifas de importação, suspensão de certas barreiras e incentivos para exportadores. Alguns impostos de importação foram eliminados, como no caso de vacinas e outros remédios. Produtos químicos, bens de capital e outros setores também foram beneficiados.

Uma de cada dez medidas para facilitar o comércio no mundo em 2018 foi adotada pelo governo brasileiro.

A constatação é uma reviravolta profunda em comparação às conclusões que a OMC tirava sobre o comportamento do Brasil até 2014, quando o País liderava entre os governos que mais medidas protecionistas adotavam. Estados Unidos, foram duas medidas de abertura em todo o ano.

No mesmo período avaliado, o governo brasileiro iniciou apenas nove investigações antidumping, contra 12 no ano anterior e 15 em 2016. A taxa brasileira, porém, ficou distante das mais de 40 medidas antidumping iniciadas pelos americanos em 2018.

No Brasil, o governo ainda impôs dez taxas antidumping, também no mesmo período entre 2017 e 2018. O número foi inferior às 14 medidas adotadas no ano passado. A liderança, nesse caso, é da Índia, com 43 medidas. Outras 34 foram implementadas pelo governo de Donald Trump.

Mas o comportamento do governo brasileiro destoava de uma tendência mundial, com a aceleração de medidas protecionistas e a guerra comercial entre EUA e China. Ao apresentar seu informe aos países em Genebra, o diretor-geral da OMC, o brasileiro Roberto Azevêdo, indicou que há um "aumento significativo" da cobertura do comércio mundial afetado por barreiras.

O documento é o primeiro levantamento completo das medidas adotadas no mundo diante da atual tensão entre potências. "A proliferação de medidas restritivas e as incertezas criadas por tais ações poderia ameaçar a recuperação econômica", afirmou Azevêdo. "Peço a todos os membros que usem todos os meios de que dispõem para desescalar essa situação", pediu o brasileiro.

## **Bancada do PSL se queixa de plano vago para a Previdência**

12/12/2018 – Fonte: Folha e S. Paulo (publicado em 11-12-2018)

### ***Deputados e senadores da sigla se irritaram com o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes***

A ausência de um plano objetivo da equipe econômica de Jair Bolsonaro (PSL) para aprovar a reforma da Previdência já causa desconforto entre parlamentares do PSL, partido do presidente eleito.

Deputados e senadores da sigla se irritaram com o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, que ainda não apresentou datas nem uma proposta concreta para as mudanças na aposentadoria.

O guru econômico de Bolsonaro convocou nesta terça-feira (11) uma reunião em Brasília com as bancadas do PSL na Câmara dos Deputados e no Senado e fez uma espécie de apresentação didática sobre as funções de seu superministério, além dos desafios da economia do país para os próximos anos.

O futuro ministro pediu empenho dos parlamentares para aprovar a reforma, classificada por ele como fundamental para a recuperação das contas públicas, mas ouviu questionamentos sobre prazos e dados específicos do projeto que o novo governo vai enviar ao Congresso Nacional.

Os aliados de Bolsonaro reclamaram da falta de assertividade de Guedes. O novo ministro afirmou que deve aproveitar parte da proposta enviada por Michel Temer ao Legislativo em 2016, porém, sem especificar os pontos que serão considerados por sua equipe.

Segundo Guedes, estão sendo estudadas pelo menos três propostas: uma elaborada por aliados do presidente eleito, os irmãos Abraham e Arthur Weintraub, outra feita pelos economistas Armínio Fraga e Paulo Tafner, e uma terceira, baseada no modelo chileno.

Para acalmar os ânimos, o guru econômico de Bolsonaro afirmou que ainda não há consenso pois nem mesmo o presidente eleito deliberou sobre o assunto, inclusive, em relação à aposentadoria dos militares —ele é capitão reformado do Exército.

Bolsonaro orientou sua equipe a desenhar uma proposta de reforma com transição suave e gradual, mas não deu detalhes sobre o projeto.

Auxiliares afirmam que o presidente eleito sabe que é preciso acertar o momento político para colocar em votação no Congresso Nacional uma proposta considerada impopular e dar subsídios para que sua base de apoio defenda as mudanças.

O futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), já escalou nomes de sua confiança para negociar apoio a esta e outras propostas. Diante do discurso de que o novo governo não atuará com o chamado toma lá da cá, os parlamentares do PSL perguntaram a Guedes qual seria então a "moeda de troca" para a aprovação da reforma.

De acordo com relatos, o futuro ministro da Economia disse que será a revisão do pacto federativo, dando mais poder à Câmara.

Os deputados e senadores eleitos pelo partido de Bolsonaro reclamavam por se sentirem escanteados pelo governo de transição. Após o encontro com Guedes, eles serão recebidos pelo presidente eleito nesta quarta-feira (12).

## **Espera por concessão de aposentadoria sobe após benefício automático**

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-12-2018)

### ***Sistema foi implantado em maio, mas em vez de maior rapidez, estão ocorrendo atrasos***

Lançada em maio deste ano como alternativa para agilizar o atendimento no INSS, a aposentadoria automática não evitou o aumento na espera pela concessão.

Quem se aposentou por idade em outubro recebeu o primeiro pagamento 88 dias após ter apresentado o pedido ao órgão, em média. O tempo de espera é 22% maior do que os 72 dias registrados no mesmo mês de 2017. Por lei, o prazo para a concessão é de 45 dias.

Parte do problema pode ser explicado por uma das facilidades introduzidas com a automação: a aceitação de pedidos pela internet estimulou mais segurados a requisitarem benefícios.

Nos três primeiros meses após o anúncio do serviço, 461,3 mil segurados pediram aposentadorias por idade. O crescimento é de 27% em relação aos 361,2 mil do mesmo período de 2017.

“Antes, os pedidos de benefícios entravam apenas por agendamento e atendimento presencial nas agências, mas a partir do serviço digital, os protocolos passaram a entrar 24 horas por dia”, afirma a advogada Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário).

O impacto mais significativo é no aumento da demanda de benefícios por idade, mas as aposentadorias por tempo de contribuição, cujos protocolos automáticos são raros, também tiveram o tempo de concessão ampliado. A espera subiu 7,27%, de 110 para 118 dias.

O motorista Carlos Brandão de Almeida, 58 anos, é uma das vítimas dessa lentidão. Com mais de 35 anos de contribuição, ele espera desde julho pelo benefício. “Entreguei toda a documentação comprovando o meu direito, não há motivos para tanta demora”, reclama ele.

Na contramão do aumento, o quadro de funcionários do INSS vem sofrendo reduções devido à aposentadoria de servidores. A pressão sobre os funcionários tende a aumentar a partir de 2019, quando 11 mil estarão em condições de se aposentar.

## **Copom deve manter taxa básica de juro em 6,5%**

12/12/2018 – Fonte: EM.com

Com a inflação sob controle e a atividade ainda em marcha lenta, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, deve manter, na noite desta quarta-feira, 12, a Selic (os juros básicos da economia) em 6,50% ao ano. Se isso for confirmado, será a sexta reunião consecutiva em que o colegiado decide não mexer na taxa, que está no menor patamar da história.

A expectativa entre os economistas do mercado financeiro é de que a Selic, de fato, permaneça no nível atual. De um total de 35 instituições financeiras consultadas pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, todas esperam por um anúncio de 6,50% ao ano.

A visão é de que, apesar das dúvidas em torno do andamento das reformas fiscais na



futura Presidência de Jair Bolsonaro, a inflação no Brasil está acomodada e a atividade, que poderia pressionar os preços, segue em recuperação apenas gradual.

O economista-chefe da consultoria Parallaxis, Rafael Leão, espera pela manutenção da Selic em 6,50% ao ano tanto na reunião desta quarta quanto ao longo de 2019, já sob o governo de Bolsonaro. "Temos uma elevada ociosidade na economia, o que permite a ela crescer sem grandes pressões inflacionárias no próximo ano", afirma Leão. "A ocupação do mercado de trabalho e das linhas de produção abre espaço para intensificação da atividade sem risco sobre os preços."

Para o banco UBS Brasil, a Selic termina 2018 no nível atual, mas sobe para 9% ao ano até o fim de 2019, na esteira da melhora da atividade econômica, que tende a acelerar a inflação.

Mais do que a decisão desta quarta, os economistas do mercado financeiro estarão atentos às sinalizações a serem passadas pelo BC em relação ao futuro. A instituição persegue uma inflação de 4,5% em 2018, com margem de tolerância de dois pontos

### **Copel inaugura a maior eletrovia do país, ligando Paranaguá a Foz do Iguacu**

12/12/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 11-12-2018)



Cortar o Paraná de Leste a Oeste dirigindo um carro elétrico já é possível. A Companhia Paranaense de Energia (Copel) finalizou a instalação de postos de recarga e inaugurou nesta segunda-feira (10) a maior eletrovia do país, com 730 quilômetros de extensão. O trecho liga o Porto de Paranaguá às Cataratas do Iguacu.

Ao todo, são 11 eletropostos espalhados ao longo de toda BR-277, que cruza o Estado. Os eletropostos já estão em funcionamento em Paranaguá, Curitiba, Palmeira, Fernandes Pinheiro, Prudentópolis, Cândói, Laranjeiras do Sul, Ibema, Cascavel, Matelândia e Foz do Iguacu.

A Copel investiu R\$ 5,5 milhões no projeto, que é pioneiro no país. Embora já existam trechos de rodovias com eletropostos no Brasil, não havia até agora uma rodovia totalmente eletrificada. "O Paraná e a Copel saíram na frente novamente com a primeira e maior eletrovia do Brasil", explicou o diretor da Copel Distribuição, Antonio Guetter.

Cada eletroposto tem 50 kVA (kilovoltampere) de potência – o equivalente a dez chuveiros elétricos ligados ao mesmo tempo – e três tipos de conectores, próprios para atender os modelos de carros elétricos ou híbridos disponíveis no Brasil, como os modelos i3, da BMW, e ZOE, da Renault.

#### **Recarga sem custo**

As estações são todas de carga rápida e gratuita: leva entre meia e uma hora para carregar 80% da bateria da maioria dos carros elétricos. Esses modelos rodam de 150 a 300 quilômetros a cada carga.

"Por ser um projeto de pesquisa e desenvolvimento, os consumidores não terão custo para abastecer na eletrovia da Copel", explica Guetter.

## **FMI alerta sobre riscos crescentes para economia global**

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-12-2018)

### ***Para o Fundo, governos e bancos podem não estar bem equipados o suficiente***

Uma das autoridades do FMI (Fundo Monetário Internacional) alertou nesta terça-feira (11) que os riscos para a economia global estão aumentando e que os governos e bancos centrais podem não estar bem equipados o suficiente para lidar com essa situação.

O Fundo vem pedindo para que os governos se preparem durante os dois últimos anos de tranquilidade da economia global, disse o vice-diretor-gerente do FMI, David Lipton. "Mas, como muitos de vocês, vejo os riscos crescendo e temo que o trabalho sobre prevenção de crises esteja incompleto", disse ele em uma conferência organizada pela Bloomberg.



Ele também alertou que as tensões podem deixar os políticos sob pressão e em águas desconhecidas.

"Os bancos centrais provavelmente vão acabar explorando medidas cada vez mais não convencionais. Mas com sua eficácia incerta, devemos nos preocupar com a potência da política monetária."

Muitos governos também não terão muito espaço para manobra por já terem acumulado dívidas elevadas.

"Não devemos esperar que os governos acabem com o amplo espaço para responder a uma desaceleração que tiveram há 10 anos", disse Lipton. O estímulo também pode ser difícil de vender politicamente, considerando o ônus financeiro que ele cria, disse.

O maior risco imediato, porém, é a atual guerra comercial entre os Estados Unidos e a China. Se todas as tarifas ameaçadas forem colocadas em prática, até 0,75% do PIB global será perdido até 2020, estimou o FMI.

"Isso seria uma lesão a si mesmo. Por isso, é vital que essa trégua (recentemente anunciada entre Washington e Pequim) leve a um acordo duradouro que evite a intensificação ou a disseminação das tensões".

Se isso não acontecer e um impasse se instalar, pode haver uma "fragmentação" prejudicial para a economia global que provocará uma recessão, disse ele.

## **Dólar fecha perto da estabilidade após atuação do BC**

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-12-2018)

### ***Bolsa brasileira avança em linha com o exterior e recupera os 86 mil pontos***

O dólar terminou a terça-feira com leve alta, com a atuação do Banco Central no mercado de câmbio atenuando as preocupações do exterior reforçadas no período vespertino pelo Brexit e ameaças do presidente Donald Trump de paralisação do

governo norte-americano. A Bolsa brasileira fechou em leve alta, em linha com o exterior.

O dólar avançou 0,07%, a R\$ 3,9210. "É muita indefinição. Ninguém tem a menor ideia de qual será o resultado e isso traz ansiedade e cautela", disse o diretor da corretora Mirae Asset, Pablo Spyer.

Ele se referia à notícia de que parlamentares do partido da primeira-ministra britânica, Theresa May, estão confiantes de que conseguiram o número suficientes de cartas para provocar um voto de não confiança sobre a liderança da premiê, disse a sub-editora de política da emissora Sky News nesta terça-feira.

May tem encontrado dificuldades no acordo para o Reino Unido deixar a União Europeia. Depois de ter conseguido chegar a um consenso com o bloco europeu, corria o risco de não aprovar o texto no Parlamento no país. Na véspera, temendo uma derrota, preferiu suspender a votação do texto que iria à votação nesta terça-feira.

Mais cedo, um porta-voz de May disse que o acordo seria colocado em votação em 21 de janeiro. A notícia sobre o voto de não-confiança acabou reacendendo a cautela nos negócios globais e fazendo o dólar subir ante as divisas emergentes, como o peso chileno, e a apagar a queda ante real. A moeda também subia ante a cesta de moedas. O movimento ganhou reforço com ameaças de Trump, de que preferia uma paralisação do governo a ficar sem recursos para construir um muro na fronteira com o México.

Internamente, o dólar subiu 2% nas últimas cinco sessões e terminou na véspera no maior valor desde 2 de outubro, o que levou o Banco Central a anunciar um novo leilão de linha -venda com compromisso de recompra-, ajudando na resiliência da moeda local.

"Tudo indica que a intervenção do BC será capaz de conter a pressão sobre a moeda estrangeira, sinalizando claramente que repetirá o movimento toda vez que fatores externos promoverem a desvalorização artificial da moeda nacional", escreveu mais cedo a corretora Correparti em relatório.

Para os analistas da corretora, o BC "manteve a coerência" ao chamar os leilões após a moeda norte-americana ter se aproximado do patamar de R\$ 3,95.

O Banco Central vendeu integralmente mais US\$ 1 bilhão em linha, no quarto leilão de novos contratos feito desde o final de novembro pela autoridade, que ainda rolou mais 1,25 bilhão de dólares que venciam no início deste mês. Em novos contratos, foram 4 bilhões de dólares até o momento.

"A preocupação é que a tensão externa se some ao período onde as empresas direcionam recursos para suas matrizes e a intervenção visa dar liquidez e segurar um pulo mais forte do dólar ante o real na reta final do ano", escreveu o analista da corretora Mirae Pedro Galdi.

Além do Brexit, outras preocupações que içaram recentemente a moeda norte-americana ainda não se dissiparam, entre eles a desaceleração econômica global, guerra comercial entre Estados Unidos e China e o Brexit.

Nesta tarde, o Washington Post informou, citando autoridades dos EUA, que o governo Donald Trump vai condenar a China por hacking e espionagem econômica e tomará medidas contra a nação asiática usando sanções e indiciamentos.

Mais cedo, China e EUA discutiram o roteiro para o próximo estágio de suas negociações comerciais, durante uma ligação telefônica entre o vice-primeiro-ministro chinês, Liu He, e o secretário do Tesouro norte-americano, Steven Mnuchin, e o

representante de Comércio dos EUA, Robert Lighthizer, o que ajudou a aliviar os mercados.

Internamente, os investidores seguiam monitorando o noticiário político local, a poucos dias de ter início o novo governo. Já o Ibovespa, principal índice da bolsa paulista, fechou em alta nesta terça-feira, após alternar alta e baixa na parte da tarde, na esteira da volatilidade no cenário externo e últimos ajustes para os vencimentos de opções do Ibovespa e do índice futuro.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa teve alta de 0,59%, a 86.419,57 pontos. O volume financeiro somou R\$ 13 bilhões. A alta acontece após três pregões de perdas, período em que o Ibovespa acumulou queda de 3,5%.

Na quarta-feira, acontecem os vencimentos dos contratos de opções sobre o Ibovespa e do índice futuro. "O movimento foi bastante errático, refletindo em parte a alta volatilidade da bolsa norte-americana e a ausência de gatilhos relevantes no cenário doméstico neste fim de ano", avaliou o Gestor Igor Lima, da Galt Capital.

### **BC deve manter taxa Selic em 6,5% na última reunião antes de Bolsonaro**

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Reunião que acaba nesta quarta-feira é a última sob o governo de Michel Temer***

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central deve manter sua taxa básica de juros, a Selic, em seu mínimo histórico, de 6,50%, na última reunião deste ano, estimam analistas. Essa é a estimativa média dos operadores de mercado consultados semanalmente pela pesquisa Focus, do BC.

A reunião acontece desde terça-feira (11) e o BC deve soltar o comunicado após o fim do encontro nesta quarta.

O Copom está diante de variáveis incertas, em um contexto tão complexo "que incrivelmente o cenário de manutenção [dos juros] é o melhor", comentou Jason Vieira, da consultoria Infinity Assets.

O analista se refere a um panorama marcado, por um lado, pela fraqueza do crescimento e a inflação —o que justificaria uma redução dos juros para estimular a atividade econômica. Por outro lado, existem tensões internacionais e dúvidas sobre a política econômica no novo governo de Jair Bolsonaro, que assume em 1º de janeiro.

A agenda liberal de ajustes fiscais, privatizações e abertura econômica lhe rendeu amplo apoio dos investidores. Esse movimento ganhou força com a indicação de Paulo Guedes para o Ministério da Economia e do atual diretor de tesouraria do Banco Santander, Roberto Campos Neto, para dirigir o BC.

Segundo Vieira, o ano que vem terá "a mesma política econômica, do atual governo. "A equipe do Banco Central ficará praticamente igual", afirmou.

Contudo, para agradar o mercado financeiro, Bolsonaro terá que alcançar realizações que o governo de Michel Temer não conquistou, como a reforma da Previdência, considerada a principal para equilibrar as contas públicas.

Os preços caíram 0,21% em novembro, segunda retração neste ano. No acumulado em 12 meses, o índice de inflação oficial, o IPCA, foi de 4,05% —abaixo do centro da meta do BC, de 4,50%, com margem de tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo.

A estimativa do mercado é que a inflação em 2018 seja de 3,71%. Em 2017, o IPCA teve um aumento de 2,95%.

Para 2019, a pesquisa Focus prevê crescimento econômico de 2,53% e inflação de 4,07%, com uma taxa de juros de 7,5%. Há um mês, a previsão para a Selic era de 8%. A próxima reunião do Copom, já na nova gestão, está marcada para os dias 5 e 6 de fevereiro de 2019.

Segundo o IBGE, o IPCA acumula alta de 4,05% nos 12 meses terminados em novembro, abaixo do centro da meta de inflação, que é de 4,5%. Essa meta tem limite inferior de 3% e superior de 6%. Para 2019, a meta é 4,25% com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%.

A manutenção da Selic na reunião, como prevê o mercado financeiro, indica que o Copom considera as alterações anteriores nos juros básicos suficientes para chegar à meta de inflação, objetivo que deve ser perseguido pelo BC.

Ao reduzir os juros básicos, a tendência é diminuir os custos do crédito e incentivar a produção e o consumo. Entretanto, as taxas de juros do crédito não caem na mesma proporção da Selic. Segundo o BC, isso acontece porque a Selic é apenas uma parte do custo do crédito.

Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de ficar acima da meta de inflação. Quando o Copom aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

### **Governo Temer veta alíquotas maiores do Reintegra em sanção de Rota 2030**

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-12-2018)

#### ***Medida aumentaria a compensação que os exportadores poderiam receber***

O governo Michel Temer vetou o aumento da alíquota do mecanismo de compensação tributária de exportações conhecido como Reintegra, na sanção publicada nesta terça-feira (11) do programa de incentivo à indústria automotiva [Rota 2030](#).

O aumento da alíquota, de 0,1 para 2 a 5%, estava incluída no texto do Rota 2030 enviado à sanção. Na prática, isso aumentaria a compensação que os exportadores poderiam receber devido aos impostos que pagam nas exportações.

Na semana passada, o presidente do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Pollo de Mello Lopes, afirmou que o texto do Rota 2030 incluía alíquotas que seriam definidas de acordo com a capacidade de cada setor em demonstrar resíduos tributários gerados na cadeia produtiva, que incidem sobre suas exportações.

"Agora voltamos à estaca zero", afirmou Lopes ao ser questionado sobre o assunto. "Teremos que voltar com isso junto ao novo governo", acrescentou. O Reintegra é uma pauta comum do IABr e de uma série de outros setores industriais do país, incluindo químico, têxtil e automotivo.

Dentre as medidas para obter recursos para bancar subsídios ao preço do diesel após a greve dos caminhoneiros em maio, o governo Temer reduziu a alíquota do Reintegra.

A maior parte da cobertura do subsídio ao diesel foi retirada da redução da alíquota do Reintegra de 2% para 0,1%, o que deve render aos cofres públicos R\$ 2,27 bilhões em 2018.

## **Rota 2030 é sancionado com extensão de benefícios ao Nordeste, mas com vetos**

12/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 11-12-2018)

### **Nova política industrial automotiva também beneficiará fabricantes da Zona Franca de Manaus**

A MP convertida em projeto de lei que institui o Rota 2030 foi sancionada como a lei nº 13.755 de 10 de novembro de 2018 e publicada no Diário Oficial da União na edição de terça-feira, 11, praticamente da forma como estava quando foi aprovada às pressas pelo Senado e para que seu decreto pudesse ser assinado na abertura do Salão do Automóvel, no mês passado. Com a sanção, a nova política automotiva, que passa a vigorar a partir de agora, garantiu a extensão dos benefícios ao Nordeste, um dos embates pelo qual se deu o atraso na análise das 80 emendas que o texto recebeu e que passaram pelo crivo da comissão mista formada por deputados e senadores.

Pela nova lei, o regime automotivo do Nordeste passa a vigorar até 2025 e não mais até 2020, embora a lei tenha reduzido o valor dos incentivos fiscais na ordem de 40%.

A sanção do Rota 2030 preservou ainda emendas que também beneficiam a bancada do Amazonas, uma vez que agora a lei garante incentivos fiscais para quatro fabricantes de triciclos e quadriciclos com produção na Zona Franca de Manaus (AM): Honda, Suzuki, Kawasaki (produzidas pela AVA Industrial) e a Cofave (Sociedade Amazonense Fabricante de Veículos), que produz os modelos Kasinski. Para isso, foi necessária uma mudança no tipo do produto na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que agora os classifica como automóvel. A mudança foi acatada pela Receita Federal. Por sua vez, a bancada do etanol também foi atendida com a redução em até três pontos porcentuais do IPI e isenção de IOF para veículos híbridos com um motor elétrico e movidos também a etanol.

Por outro lado, a lei foi publicada com dez vetos presidenciais em relação ao texto original. Entre eles, está a prorrogação para a utilização dos créditos já obtidos no regime automotivo do Nordeste: as montadoras instaladas na região - FCA Fiat Chrysler (Goiana/PE) e Ford (Camaçari/BA) - terão que usá-los até 2020 e não poderão abater de todos os impostos, como era sugerido na emenda.

Também foi vetado o artigo referente à volta do Reintegra, Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as empresas Exportadoras. A emenda determinava uma alíquota entre 2% e 5% (a atual é de 0,1%) e a reinclusão do setor moveleiro e de comércio varejista de calçados e artigos de viagem na política de desoneração da folha de pagamento.

Outro veto foi a isenção de IPI e IOF para veículos de baixa cilindrada e a suspensão de IPI para importação de matérias-primas e pelas por encomenda ou conta própria.

Segundo reportagem do jornal Valor Econômico, as emendas mantidas elevarão o gasto fiscal, o que já tinha sido negociado previamente entre o setor e o governo. No caso dos vetos, como foram feitos em dezembro, só devem ser analisados pelo Congresso que toma posse em 2019. Ainda de acordo com a publicação, fontes do setor afirmaram que os vetos estão dentro do esperado e é improvável que haja mobilização por parte do novo Congresso.

### **NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL**

As medidas agora impostas pelo Rota 2030 formam um plano de incentivo para as montadoras de veículos nos moldes do que foi o Inovar-Auto, com regras que as fabricantes deverão cumprir para terem direito aos benefícios previstos na nova lei. Em contrapartida, as montadoras deverão fazer investimentos em pesquisa e

desenvolvimento.

Entre as exigências do Rota 2030, está o aumento da eficiência energética, no qual as fabricantes são obrigadas a manter a meta de eficiência energética do Inovar Auto e melhorar esse patamar em 11% até 2022, reduzindo o consumo de combustível e a emissão de poluentes.

Outra meta é promover a etiquetagem veicular, no qual os veículos vendidos no País recebem etiquetas que informam de maneira clara e direta ao consumidor a eficiência energética do veículo (nível de consumo) e os equipamentos de segurança instalados.

No longo prazo, até 2027, também está prevista a incorporação de novas tecnologias de assistência ao motorista, que auxiliam na condução e podem ajudar a reduzir acidentes. O novo programa foi dividido em três ciclos de investimentos ao longo de 15 anos com um foco diferente para cada período.

### **China aceita acordo para reduzir tarifas sobre automóveis dos EUA**

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-12-2018)

#### ***País vai reduzir tarifa sobre automóveis fabricados nos EUA dos atuais 40% para 15%***

A China concordou em reduzir as tarifas sobre automóveis importados dos Estados Unidos a 15%, durante uma conversa telefônica com representantes do governo americano cujo objetivo era tentar resolver a disputa comercial que ferve entre as duas maiores potências econômicas do planeta, disse uma pessoa informada sobre o assunto.

O primeiro-ministro assistente chinês Liu He informou ao secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, e ao líder do governo americano para assuntos comerciais, Robert Lighthizer, sobre a decisão em um telefonema na noite de segunda-feira (10).

A escolha reativou as negociações comerciais entre os dois países. Não estava claro quando a mudança entraria em vigor, mas Washington está pressionando Pequim por concessões o mais cedo possível.

A China elevou suas tarifas sobre os automóveis americanos, como parte da campanha de retaliação pelas tarifas que os Estados Unidos impuseram meses atrás. Os líderes dos dois países, o presidente Trump e o presidente Xi Jinping, se reuniram durante uma recente conferência multilateral em Buenos Aires e chegaram a um acordo quanto a uma trégua de 90 dias, para negociar sobre as fricções comerciais.



O presidente chinês Xi Jinping posa para foto ao lado do líder norte-americano, Donald Trump, em jantar que ocorreu em Buenos Aires, no início do mês - Xinhua/Li Xueren Os três funcionários de primeiro escalão discutiram compras de produtos agrícolas pela China e mudanças nas políticas econômicas fundamentais chinesas, durante a conversa telefônica, disseram outras pessoas informadas sobre a conversa, que não forneceram detalhes adicionais.

Como parte da trégua comercial que Trump e Xi negociaram, as autoridades chinesas também estão estudando mudanças no plano Made in China 2025, uma política industrial liderada pelo Estado cujo objetivo é permitir que companhias chinesas dominem diversos setores, como a inteligência artificial e a robótica, disseram pessoas informadas sobre o assunto.

A política é um dos pontos focais das queixas dos Estados Unidos de que Pequim promove práticas comerciais desleais, que colocam empresas estrangeiras em desvantagem diante de empresas chinesas.

O Ministério do Comércio da China anunciou em um breve comunicado que a conversa - realizada na noite de segunda-feira nos Estados Unidos e na manhã da terça-feira na China - tinha por objetivo "levar adiante os próximos passos do cronograma e mapa de rota" das negociações. Liu planeja viajar a Washington depois do Ano Novo, disseram pessoas informadas sobre o assunto.

Na manhã de terça-feira, o presidente Trump tuitou que "conversações muito produtivas" estavam acontecendo com a China. "Podem esperar alguns anúncios importantes".

Assessores de Trump disseram que o presidente às vezes faz tuitos positivos sobre as negociações com a China para tentar estimular o mercado de ações. Operações futuras indicam que a Bolsa de Valores de Nova York abrirá forte.

### **Vale anuncia compra de empresa de tecnologia por US\$ 500 milhões**

12/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-12-2018)

#### ***New Steel desenvolve tecnologias de beneficiamento de minério de ferro***

A mineradora Vale informou nesta terça-feira (11) que assinou um acordo com a Hankoe FIP para adquirir por US\$ 500 milhões a New Steel, empresa que desenvolve tecnologias de beneficiamento de minério de ferro.

A New Steel, segundo a mineradora, possui atualmente patentes de processos de concentração a seco (FDMS, na sigla em inglês) em 56 países.

"Essa tecnologia apoiará o desenvolvimento das iniciativas de 'pellet feed' de alta qualidade da Vale, incluindo o projeto de 'pellet feed' 20 Mtpa do Sistema Sudeste", disse a mineradora brasileira.



Sede da Vale no Rio de Janeiro - Reuters

A Vale tem focado em vendas de minério de ferro de maior qualidade, apoiada principalmente pelo projeto S11D, no Pará, em meio à forte demanda da China pelo produto menos poluente.

Com uma forte geração de caixa pela venda do seu minério premium, a Vale anunciou na semana passada a compra de fatia majoritária na empresa de mineração Ferrous Resources por cerca de US\$ 550 milhões.

A Vale tem dito que utilizará parte de seus recursos para aquisições de menor porte.



Segundo a Vale, a expectativa é de que a transação da New Steel seja concluída em 2019, sujeita à satisfação de certas condições precedentes, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

## **Produção de motos volta a superar 1 milhão**

12/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 11-12-2018)

### **No entanto, volume das fabricantes instaladas em Manaus regrediu 14 anos na história**

A **produção de motos** fechará o ano com pouco mais de **1 milhão de unidades** e crescimento de 17,2% sobre iguais meses do ano passado. A alta é a primeira após seis anos seguidos de retração no setor, mas também é verdade que as fábricas instaladas em Manaus (AM) não passavam de 1 milhão de unidades desde 2015 (com 1,26 milhão) e terminarão 2018 em um nível de produção semelhante ao registrado no distante 2004, quando 1,06 milhão de motos foram montadas na Amazônia.

Os números foram divulgados pela Abraciclo, entidade que reúne os fabricantes do setor.

De janeiro a novembro a produção somou 968,9 mil unidades e anotou acréscimo de 19% sobre iguais meses de 2017. Foi a boa resposta do mercado interno durante o ano que permitiu o crescimento. As vendas no atacado (das fábricas para a rede de vendas) somaram nestes 11 meses 890 mil unidades e alta de 19,4% sobre iguais meses do ano passado.

*"Houve melhora na aprovação de crédito e na confiança do consumidor", afirma o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian.*

Os lançamentos do setor e o aumento da procura por scooters foram outros fatores apontados. Como consequência, a indústria voltou a contratar. Os empregos gerados cresceram 3,3%, de 12,1 mil em 2017 para 2,5 mil até setembro de 2018, de acordo com levantamento mais recente divulgado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). "E de setembro para cá as empresas continuaram contratando e isso ainda deve ocorrer em 2019", afirma Fermanian.

### **EXPORTAÇÕES EM QUEDA**

Nestes 11 meses as fábricas instaladas em Manaus exportaram apenas 65,1 mil unidades, 12,9% abaixo da comparação interanual. Até o fim do ano serão 70 mil motos enviadas ao exterior, 17,6% a menos que a projeção de 85 mil unidades feita um ano atrás pela Abraciclo.

"A Argentina é o principal destino das motos brasileiras e as exportações para lá recuaram bastante no segundo semestre. As fábricas têm buscado outros mercados como Colômbia, Peru e Chile, mas nenhum com o mesmo volume argentino", recorda Fermanian.

Nas projeções para 2019 a Abraciclo estima o embarque de apenas 49 mil unidades e queda de 30% ante 2018. A produção total para o ano que vem deverá atingir 1,08 milhão de motos e pequeno crescimento de 4,3% sobre 2018. Para os emplacamentos a associação dos fabricantes espera 998 mil motocicletas para o ano que vem e alta de 6,3%.

*"Há certa precaução em relação aos movimentos do novo governo em 2019, por isso fomos conservadores", diz Fernanian, que admite a possibilidade de alta maior que a divulgada.*

## **CONSÓRCIOS MANTÊM RELEVÂNCIA**

Como regra, a recuperação das vendas por crédito direto ao consumidor (CDC) derruba a modalidade consórcio, mas este ano as montadoras e administradoras conseguiram manter um volume razoável. O acumulado de janeiro a novembro de 2018 teve 232,3 mil motos vendidas por consórcio, 2,7% a mais na comparação anual. A fatia da modalidade está em 27,1%.

Recuou apenas 2,1 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2017: "As administradoras perceberam que os mais jovens não conheciam a modalidade e suas vantagens e começaram um trabalho mais efetivo com esses consumidores", conclui Fernanian.

### **Anfir estima US\$ 4 milhões em exportações após nova rodada de negócios**

12/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 11-12-2018)

## **Encontro em Florianópolis (SC) reuniu quinze fabricantes e 19 importadores da América Latina**

Uma nova rodada de **negócios** promovida pela Anfir, associação das fabricantes de implementos rodoviários, e a Apex-Brasil, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, pode gerar US\$ 4 milhões em exportações de produtos fabricados no Brasil. A estimativa é um balanço dos dois dias de encontro em Florianópolis (SC) no fim de novembro que reuniu quinze **fabricantes** associadas e 19 **importadores** da América Latina.

Os importadores atuam nos mercados da Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru, República Dominicana e Uruguai. As empresas participantes foram Al-Ko Brasil, Frigo King, Grimaldi, HC Hornburg, Ibiporã, Kroville, Librelato, Metalesp, MGN Indústria Metalúrgica, Morumbi Industrial, Randon, Rodofrio, Sergomel, Thermo Star Equipamentos e Truckvan.

Durante o encontro, foi ministrada palestra da chefe de gabinete do presidente da Câmara de Comércio Exterior da FIESC-Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Maria Teresa Bustamante, que apresentou as potencialidades do estado durante a solenidade de abertura do evento.

"A Rodada de Negócios é um instrumento importante de aproximação de compradores e vendedores, criando o ambiente ideal para realização de negócios", assinala o diretor executivo da Anfir, Mario Rinaldi.

O encontro, o terceiro deste ano, faz parte do MoveBrazil, Programa de Internacionalização da Indústria de Implementos Rodoviários, criado pelas duas entidades.